

Entidades cobram do Governo de SP dados sobre poluição da Guarapiranga

Redação

- *Gestão Tarcísio diz realizar ações contínuas de recuperação e proteção do local*
- *Manifesto reúne 42 organizações e critica falta de transparência oficial*

O Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) e outras entidades da sociedade civil cobram da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) dados atualizados sobre a poluição da represa Guarapiranga, que abastece cerca de 5,6 milhões de pessoas na Grande São Paulo.

Em manifesto lançado na quarta-feira (23), 42 representantes de movimentos e organizações profissionais afirmam que o estado não divulga a carga de fósforo que chega ao manancial, o que chamam de "apagão de dados".

Segundo Ivan Carlos Maglio, um dos articuladores do manifesto "Salvemos a Guarapiranga", o Mqual (Modelo de Correlação Uso do Solo/Qualidade da Água), previsto na legislação para calcular a carga de poluentes na bacia, deveria ser divulgado periodicamente, mas a estimativa do fósforo que chega ao manancial está desatualizada.

"Não basta repetir os diagnósticos, mas transformá-los em responsabilidades, metas e resultados ambientais", diz.

De acordo com o CBH-Alto Tietê (Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê), as duas últimas avaliações não mostraram o cumprimento da meta da Lei Específica da Guarapiranga. Em 2014, a carga afluyente ao reservatório foi estimada em 306 kg de fósforo por dia. Em 2018, chegou a 340 kg diários, mais que o dobro da meta legal, de 147 kg.

O dado não é atualizado desde 2018, quando o governador era o então tucano Geraldo Alckmin (hoje vice-presidente pelo PSB). Desde então, passaram pelo Palácio dos Bandeirantes João Doria (2019 a 2022) e Rodrigo Garcia (2022), além de Tarcísio (desde 2023).

A professora Marta Marcondes, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul, afirma que o excesso de fósforo favorece a eutrofização do reservatório, processo que altera a qualidade da água e estimula a proliferação de cianobactérias e macrófitas.

Segundo ela, as cianobactérias podem produzir microcistinas, toxinas que exigem tratamento adequado para evitar que cheguem à água distribuída à população. Já a proliferação de macrófitas pode reduzir a disponibilidade de oxigênio nas camadas mais profundas do reservatório. "Quando morrem, essas plantas também contribuem para o acúmulo de matéria orgânica no fundo", explica.

Para Marcondes, a principal fonte de fósforo na Guarapiranga é o esgoto sem tratamento lançado nos rios que abastecem o reservatório. Ela aponta o rio Embu-Mirim como o caso mais crítico.

A pesquisadora afirma que as ações de saneamento previstas para cumprir a meta da lei estagnaram após o prazo limite de 2015, o que consolidou o aumento do volume de dejetos despejados no manancial ao longo da última década.

Em dezembro do ano passado, um documento apresentado ao Comitê Municipal de Segurança Hídrica da Prefeitura de São Paulo apontou o agravamento contínuo do cenário na Guarapiranga.

A análise mostra avanço das condições supertróficas e hipertróficas, os estágios mais graves da escala de degradação de um corpo d'água, marcados pelo colapso do oxigênio e pelo comprometimento da vida aquática.

O último boletim da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) sobre a qualidade da água do Sistema Taquacetuba-Guarapiranga, com dados de abril a junho deste ano, mostra concentração de fósforo acima do limite de 0,02 mg/L em dois dos três pontos monitorados: 0,05 mg/L no braço do Taquacetuba e 0,16 mg/L no do Parelheiros.

O documento classifica a água como boa para abastecimento público, mas ruim para a vida aquática nos dois braços. Ele não cita a carga de fósforo em quilos por dia.

O CBH-Alto Tietê afirma que uma nova atualização do Mqual está em andamento na Cetesb, com financiamento do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e indicação do próprio comitê. A previsão é de conclusão até o fim de 2026.

Procurado, o governo Tarcísio afirmou, em nota, que mantém ações contínuas de recuperação e proteção da Guarapiranga, com atuação da Semil (Secretaria de

Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) na gestão ambiental, na fiscalização e no monitoramento da qualidade da água.

A gestão diz que o programa Nossa Guarapiranga, executado pela Sabesp, prevê cerca de R\$3 bilhões em investimentos até 2029, com a implantação de aproximadamente 24 mil novas economias de esgoto na região.

Segundo o governo, a Cetesb fiscaliza as fontes de poluição e monitora a qualidade da água do reservatório com coletas trimestrais. A companhia também acompanha dez pontos para fins de balneabilidade, com divulgação semanal das condições próprias ou impróprias para banho.

A gestão afirma ainda que a ampliação do saneamento, somada à fiscalização e ao monitoramento, é fundamental para reduzir "progressivamente" a carga de poluentes, incluindo o fósforo. O governo não informou, porém, a carga atual de fósforo nem comentou a atualização do Mqual.

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2026/09/entidades-cobram-do-governo-de-sp-dados-sobre-poluicao-da-guarapiranga.shtml>

Veículo: Online -> Portal -> Portal Folha de S. Paulo

Seção: São Caetano